



DOSSIÊ: "Comunicação nas Periferias"

PERIFERIA DA PERIFERIA: MIGRANTES NORDESTINOS NA FAVELA DA MARÉ EM TRÊS ATOS

Maria de Fátima Tomaz¹

Marialva C. Barbosa²

RESUMO: O presente artigo busca analisar como a relação existente entre dois lugares – o Nordeste e a favela - que foram “inventados” historicamente dentro de uma lógica de exclusão, se entrecruzam, não apenas metaforicamente, mas, sobretudo simbólica e discursivamente no seu processo de construção. Para tanto o *locus* privilegiado do trabalho é o conjunto de favelas da Maré na cidade do Rio de Janeiro, território habitado por migrantes nordestinos desde a sua ocupação até os dias atuais e, portanto, considerado um território duplamente periférico.

PALAVRAS-CHAVE: *Nordeste. Favelas. Exclusão.*

ABSTRACT: This article seeks to analyze how the relationship between two places - the Northeast and the favela – that were historically “invented” within a logic of exclusion, intertwine, not only metaphorically, but above all symbolically and discursively in their process of construction. For this, the chosen locus of the work is the set of favelas at The Maré in the city of Rio de Janeiro, Brazil, a territory inhabited by northeastern migrants from its initial occupation to the present and, therefore, considered a doubly peripheral territory.

KEYWORDS: *Northeastern. Favelas. Exclusion.*

¹ Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ – sob a orientação da Prof^a Dra. Marialva Barbosa e com auxílio da bolsa do CNPq. Mestre em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ, com auxílio da bolsa CAPES. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: tomazfm@hotmail.com

² Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: marialva153@gmail.com

Introdução

Apresentar cenários discursivos que englobam, qualificam e produzem estereótipos em torno de dois lugares, o Nordeste e a favela – elevados historicamente à periferia em função de políticas de dominação -, para pensar os entrelaçamentos e a vida vivida em comum nesses territórios definidos, aprioristicamente, como excluídos, é o objetivo central do artigo.

Resultado ainda inicial de uma pesquisa em andamento, que mostrará como as práticas vividas em comum pelos habitantes nordestinos da favela da Maré, no Rio de Janeiro, apontam para uma pluralidade de significados e de produção de saberes, longe dos estereótipos construídos para eles como uma espécie de dupla periferia, nessa reflexão inicial apresentamos ambos os territórios como uma “invenção”.

Desenvolvido em três momentos, aqui denominados atos, refletimos inicialmente (Ato 1) sobre o Nordeste como uma invenção, tal como postula Albuquerque Júnior (2011), que serviu à manutenção de privilégios históricos. Diante da perda de importância política/econômica da região e que ameaçava o poder dominante, destacamos também como algumas construções discursivas – literatura regionalista, produções cinematográficas, além das múltiplas narrativas da imprensa – cristalizam o Nordeste como um valor, atrelado a significações dominantes. Dentro dele, o sertão e o sertanejo passam a ser descritos como lugar/povo exótico, cultural e racialmente inferior. Lugares do atraso e do arcaísmo, do mítico, do sobrenatural, território natural destinado ao esquecimento.

O segundo ato apresenta o território da favela da Maré. Habitadas por quase 140 mil pessoas, as 16 favelas que o compõem, têm mais de 25% de seus moradores como originários do Nordeste. Pode-se prever também que dos quase 62% dos “nascidos na Maré” muitos são filhos ou netos de nordestinos. Cria-se, portanto, real e simbolicamente, uma dupla exclusão desses moradores, que são, ao mesmo tempo, “favelados” e “nordestinos”. Está urdida a construção da periferia da periferia.

Como último ato do artigo, mostramos brevemente como a favela e o sertão se entrelaçam na trama dos excluídos, quando, esses habitantes que hoje são descendentes

ou originários do Nordeste foram construindo esse território, ao sonharem com as possibilidades de uma vida melhor, ao migrarem para a cidade em busca de oportunidades de emprego no momento em que houve a especulação de crescimento do território e da expansão das vias circulantes da cidade, notadamente das estradas que ligam o Rio de Janeiro ao restante do país.

Cria-se, então, esse território denominado “Maré”, mas que abriga no seu interior uma infinita variedade de pessoas, de histórias, de lugares diferentes – cada uma das 16 comunidades tem uma história e uma memória explicitada, transbordada ou adormecida – mas que, mais uma vez, pela lógica da construção da exclusão, são englobadas por um único nome. Dar nomes significa, muitas vezes, construir uma dupla exclusão, uma dupla periferia.

Ato 1: De quando o Nordeste foi inventado

Ao remontar o passado recente da invenção do Nordeste, é preciso entender como as formas contemporâneas das configurações discursivo-imagéticas sobre o Nordeste continuam sendo apresentadas e como os seus inventores são os mesmos que elaboraram sistematicamente – nas sombras e redes dos alpendres das casas grandes – maneiras de se beneficiarem de dois aspectos centrais da sua constituição. Primeiro, a ideia de que o Nordeste é um espaço natural – uma região natural – e, portanto, a seca, é não apenas imprescindível dentro dessa natureza, como se constitui em algo “próprio” da região; o segundo é de que o Nordeste é portador de uma forma cultural particular, lugar da brasilidade mais pura, distante das influências estrangeiras e do homem forte do sertão.

O nascimento do Nordeste, como analisa Albuquerque Júnior (2011), relaciona-se diretamente aos interesses das elites brasileiras e, em especial, da nordestina, que sentia medo da mudança e da transformação, por isso se prendia a ideia de territórios tradicionais. O Nordeste é, portanto, uma elaboração reacionária, um investimento no sentido de barrar a história, de criar obstáculos às transformações do capitalismo que adentravam o país através da industrialização.

Dentro da longa construção de uma modernidade compulsória que percorreu o país durante todo o século XX, para atender aos ditames do capitalismo, voltou-se o país para o futuro, no qual estaria inserida a modernização, ao mesmo tempo em que o passado era identificado com o atraso e, portanto, como afirma Zarforlin (2008) destinado ao esquecimento. Nesse contexto, segundo a autora, o Nordeste é a região para a qual “o olhar midiático essencializa esse passado incômodo” (Zanforlin, 2008: 27).

Devido à conjuntura econômica no Brasil, a região Nordeste ficou sendo apontada como um espaço geográfico em estado de crise e subdesenvolvimento (Silveira, 1984). Os investimentos e a entrada de capital europeu no Brasil causaram mudanças na área de comércio. Com isso, o eixo de acumulação capitalista inclinava-se, decisivamente para a região Sul e o Nordeste sofria com a desvalorização de seus produtos no mercado, precisamente no caso da economia açucareira, levando-a à condição de região subalterna e atrasada.

Assim, desde o final do século XIX, o discurso regionalista começa a se cristalizar, constituindo, do ponto de vista ideológico, o discurso das elites dirigentes. Na impossibilidade de outro empreendimento comercial, que não fosse a indústria açucareira, procuram, na representação da crise – cuja presença constante da escassez e a imagem de terra abrasadora e rachada se constituem como núcleos discursivos dominantes –, manter recursos públicos que, em última instância, são apropriados por estas mesmas elites. Para a elite nordestina da década de 1930-1950, “a ideologia regionalista, tal como surge é, portanto, a representação da crise na organização do espaço do grupo que a elabora” (Silveira, 1984: 17).

O Nordeste – enquanto região – passa a ser tratado como espaço homogeneizado de atraso econômico e de anacronismo político-social, em explícito contraste com a modernidade capitalista do Centro-Sul. Nos termos notabilizados das teses cepalinas³,

³ Esse conjunto de proposições teóricas e de políticas econômicas deu substância ao que passou a ser chamado de desenvolvimentismo cepalino, referindo-se os termos às teses dos autores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento da América Latina. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em 23 de outubro de 2020.

nos “dois Brasis”, o eixo atrasado a ser visto como grande problema nacional, conseqüentemente, como um dos graves empecilhos à plena construção de um Brasil moderno, desenvolvido e industrializado e pedinte de verbas e reformas urgentes, é a região Nordeste.

A economia nordestina, de acordo com Zanforlin (2008), era centralizada na monocultura, na pecuária, em uma elite hegemonicamente portuguesa, ou descendente dela, totalmente atreladas à burocracia herdada da coroa; e em seguida, centralizada em uma elite rural pouco habituada a delegação de poderes, mas bastante zelosa na manutenção de seus privilégios políticos e hierárquicos.

Nesse exato momento a questão da nacionalidade brasileira estava sendo discutida no país, tanto nos aspectos internos do país (a República em construção, o processo de transferência do trabalho escravo para o livre, a promessa de modernização), como também no que diz respeito aos fatores externos, que incluem uma Europa devastada pela guerra e a promessa de uma América que se tornaria o centro do mundo. No que se refere ao Nordeste, há a produção dominante de que se constituía num lugar outro, periférico e em muito indesejado. Como remarca Zanforlin (2008: 27) com a sua imensa maioria populacional constituída de mestiços, era um lugar povoado por um tipo de gente “que deveria ser relegado à subalternidade, à inaptidão intrínseca, de acordo com as novas ideologias eugênicas e das teorias naturalistas que pregavam a raça negra como inferior, condenada, portanto, ao trabalho servil”.

É importante ressaltar, que essas narrativas são representações de um discurso criado e institucionalizado tanto pela mídia impressa da época, quanto pelo próprio governo que além da problemática econômica e social da região, ainda atribuía aos nordestinos a imagem de pessoas agressivas, violentas e, em vários momentos, bárbaros – essa era uma forma de propagar o cangaço – e fanáticos religiosos, que se manifestavam contra o poder do Estado em forma de protestos diante das injustiças sociais.

Essa visão, de acordo com Albuquerque Júnior (2011), passou a ser reproduzida e ganhou conotações de que o Nordeste era o lugar do atraso e o povo nordestino constituído de sujeitos não civilizados. Entretanto, o país apresentava um discurso de

modernização e para fortalecer esta ideologia, se fazia imprescindível identificar esses sujeitos como rebeldes, subversivos, revoltosos, pois, desse modo, o governo poderia intervir diretamente em suas ações, com repressão oficial, já que essa era a prática corrente da época.

Euclides da Cunha e seu clássico *Os sertões* (1902) contribui com esse processo. Esta, que talvez seja a primeira e mais importante obra a respeito da região Nordeste, trouxe ideias científicas e racialistas que imperavam no século XIX, todas largamente adotadas pelo autor e de forte influência na maneira como tipifica o Nordeste, sua natureza e seu povo. Enlaçado nesse cenário, o sertão emergia como naturalizado, à mercê do ambiente hostil, cujo atraso, violência e fanatismo eram explicados pelas contingências da natureza desapiadada, pelo isolamento e pela mestiçagem das raças. Essa relação intrínseca entra a obra de Euclides da Cunha e a delimitação do conceito de sertão articulado à região é destacada por Oliveira que mostra, também, como se vivia na região o “descompasso com a civilização” (Oliveira, 2002: 522). Outro aspecto que não pode deixar de ser mencionado foi a produção literária de Gilberto Freyre que desponta precisamente no momento em que o Nordeste está deixando de ser o centro econômico do país, devido à decadência da produção açucareira nos engenhos. Gilberto Freyre, filho da elite agrária de Pernambuco, juntamente com diversos intelectuais, sobretudo de Recife, vai ser o cérebro de uma série de iniciativas que vão de encontro a essas ações que eram completamente contrárias a novas formas de organização de vida econômica e social do país defendendo uma nacionalidade tradicional e saudosista (Albuquerque Júnior, 2011).

Tais ações recriaram a região nos termos da visão de mundo conservadora da velha elite açucareira que, a partir da década de 1930, para além dos espaços econômicos significativos, viu-se de fora do centro do poder nacional e sendo confrontada em âmbito regional, com o outro Nordeste. O medo da antiga aristocracia nordestina de ver seu mundo desvanecer, de não ter mais lugar na ordem político e social emergente, ou seja, de não participar do novo pacto de poder, fez com que esse regionalismo escolhesse, conscientemente, pela defesa da tradição e pela idealização do passado açucareiro, identificado como a matriz da nacionalidade brasileira.

Albuquerque Júnior (2011) afirma que essa defesa fervorosa da manutenção das tradições defendida por Freyre e demais tradicionalistas, foi uma invenção para estabelecer o equilíbrio entre a nova ordem e a anterior, como forma de garantir a perpetuação de privilégios e lugares sociais ameaçados: “O medo de não ter espaço numa nova ordem, de perder a memória individual e coletiva, de ver seu mundo esvaír, é que leva à ênfase na tradição, na construção deste Nordeste” (Albuquerque Júnior, 2011: 90).

Desse ponto de vista, a identidade regional, por meio do apelo à tradição e à memória, vai buscar construir nesse espaço moderno, pontos de ligação dos homens do presente com o passado. O “Nordeste tradicional” é então, conforme Albuquerque Júnior (2011), produto da modernidade, possível de se pensar apenas neste momento. Um retrato de um espaço que já não existe e por isso, é constituído sob a lógica do que ele chamou de “espaço da saudade”. “Não é à toa que as pretensas tradições nordestinas são sempre buscadas em fragmentos de um passado rural e pré-capitalista; são buscadas em padrões de sociabilidade e sensibilidade patriarcais, quando não escravistas” (Albuquerque Júnior, 2011: 91). Podemos perceber nas argumentações do historiador paraibano que a essencialização desse passado atrasado e incômodo do Nordeste, presente nas produções literárias, nos jornais e, conseqüentemente, nas produções audiovisuais corroboraram na construção da identidade nacional, e na visão saudosista do mundo patriarcal da casa grande e senzala que significa a saudade das elites senhoriais até os dias hoje. Elites, na constatação de Albuquerque Júnior (2011), com saudades da escravidão, saudade de uma sociedade estamental, saudade de uma sociedade bem definida, onde cada indivíduo ocupa e reconhece o seu lugar.

Quem faz coro a essa argumentação é Jessé Souza (2015), quando objetivamente assevera que é preciso reinterpretar a história do Brasil moderno e de suas relações de classe entendendo que a escravidão é o elemento fundador que nos marca como sociedade até hoje. Para o sociólogo potiguar, não houve ruptura entre o período da escravidão e os que se seguiram, ou seja, assim como a elite econômica do país é a continuidade da elite escravagista, a classe destituída de direitos hoje é a extensão do trabalho estável escravocrata do “passado”. Nesse sentido, é que Souza (2015), afirma:

Como houve continuidade sem quebra temporal entre a escravidão, que destrói a alma por dentro e humilha e rebaixa o sujeito, tornando-o cúmplice da própria dominação, e a produção de uma ralé de inadaptados ao mundo moderno, nossos excluídos herdaram, sem solução de continuidade, todo o ódio e o desprezo covarde pelos mais frágeis e com menos capacidade de se defender (Souza, 2015: 50).

Para Souza, nessas duas formas de escravidão – a institucionalizada do passado e a cultivada do presente – são as mesmas elites que comandam o processo de abandonar “seres humilhados e sem autoestima e autoconfiança”, deixando-os a margem e entregues à própria sorte (Souza, 2015: 50).

Desse modo, fica evidente que na transição do modelo econômico campesino para o modelo econômico da cidade, baseado na indústria, surgiu uma nova classe social, originada da condição de escravos, mas completamente desprovida de todos os privilégios e totalmente precarizada em suas necessidades mais básicas. De outro modo, Souza (2015) afirma que podemos dizer que existe uma construção social e simbólica por parte da elite e da classe média, em torno da classe trabalhadora e da “ralé” brasileira para que estas continuem no seu lugar, não ascendam, não cresçam social, político, cultural e economicamente. Assim, os grupos populares não podem efetivamente subir um degrau que seja na escala social porque seu lugar é o de eternos escravizados, realizadores dos trabalhos básicos, servidores da classe média, que por sua vez serve a elite do poder.

Muitos são originários deste Nordeste inventado no século XX para manutenção de privilégios que assim, ultrapassam, as fronteiras geográficas dos estados nomeados como “nordestinos”. Excluídos de seus lugares de origens, pela seca que permite manter igualmente privilégios dos grupos dominantes, migram para outras regiões. Surgem então as multidões de “baianos”, em São Paulo, os “candangos” que construíram Brasília, os “paraíbas” que igualmente habitam o Rio de Janeiro, entre muitas denominações com que são designados nas várias regiões do país. Passam a viver, sobretudo, em territórios excluídos (e de excluídos), transformando-se em moradores que saíram da periferia do Brasil – o Nordeste – para a periferia dos grandes centros. Constrói-se, então, a periferia da periferia.

Ato 2: De quando o território da Maré vira sertão

Na cidade do Rio de Janeiro e, trataremos aqui, especificamente as favelas da Maré, emblemáticas por serem consideradas nos discursos hegemônicos como território incivilizado, se igualando, portanto, com as representações que foram construídas historicamente sobre os migrantes nordestinos e o Nordeste.

A Maré, apesar de continuar representando a condição de favela e de permanecer como área periférica da capital fluminense, é desde 1994, caracterizada oficialmente como bairro⁴. Comprimida entre as principais vias de acesso a cidade – Avenida Brasil, Linha Vermelha, Linha Amarela e à margem da Baía da Guanabara –, no Rio de Janeiro, a Maré é hoje o maior conjunto de favelas da Zona da Leopoldina⁵. Sua população de 139.073 mil habitantes, está distribuída em 47.758 mil domicílios e em 16 favelas⁶. Utilizando ainda os dados do Censo Maré (REDES, 2019) podemos identificar que dos migrantes que habitam na Maré, os nordestinos são a maioria (25,8%), formando o maior contingente populacional da região, depois dos “nascidos na Maré”. Embora ainda não tenhamos dados para identificar, há que considerar também (e intuir) que deve haver um enorme contingente de filhos de nordestinos entre os “nascidos na Maré”.

⁴ O Bairro Maré foi criado no dia 19 de janeiro de 1994 através da Lei Municipal nº 2.119 de autoria do então vereador José de Moraes C. Neto e integra a XXX Região Administrativa do Rio de Janeiro. A Lei foi sancionada pelo prefeito César Maia, entrando em vigor a partir de 24 de janeiro de 1994, momento de sua publicação no diário oficial. (cf. Silva, 2006).

⁵ A região da Leopoldina ganhou essa denominação, por ter sido em determinado período histórico, o local de passagem de uma estrada de ferro de mesmo nome, ligando o Rio de Janeiro à cidade de Leopoldina em Minas Gerais. Localizada na parte oriental da cidade do Rio de Janeiro, próxima da Baía da Guanabara, a região da Leopoldina, é definida, pelo Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, como uma região composta por dezessete bairros: Bonsucesso, Brás de Pina, Complexo do Alemão, Cordovil, Del Castilho, Engenho da Rainha, Higienópolis, Inhaúma, Jardim América, Mangueiras, Maré, Maria da Graça, Olaria, Parada de Lucas, Ramos, Tomás Coelho e Vigário Geral. Disponível em: <https://prefeitura.rio/>. Acesso em: 18 out. 2020.

⁶ São elas: Parque União (20.567 habitantes), Vila dos Pinheiros (15.600), Nova Holanda (13.799), Parque Maré (13.164), Vila do João (13.046), Baixa do Sapateiro (9.329), Parque Roquete Pinto (8.132), Parque Rubens Vaz (6.222), Morro do Timbau (6.709), Marcílio Dias (6.342), Salsa e Merengue (6.791), Conjunto Esperança (5.356), Conjunto Pinheiros (4.028), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (3.553), Praia de Ramos (3.221) e Nova Maré (3.2015), segundo o Censo Maré (Redes, 2019).

Tabela 1: Residentes na Maré segundo local de nascimento

REGIÃO LOCAL DE ORIGEM	HAB	% SOBRE OS HAB. DA MARÉ
TOTAL GERAL	139.073	1000%
SUDESTE	101.617	73,1%
NASCIDOS NA MARÉ	85.834	61,7%
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO FORA DA MARÉ	9.685	7,0%
OUTRAS CIDADES DO RJ	2.638	1,9%
SP-MG-ES	3.355	2,4%
SEM RESPOSTA	105	0,1%
NORDESTE	35.884	25,8%
NORTE	535	0,4%
SUL	195	0,1%
CENTRO-OESTE	173	0,1%
ESTRANGEIRO	278	0,2%
SEM RESPOSTA	387	0,3%
NÃO NASCERAM NA MARÉ	319	0,23%
SEM RESPOSTA	68	0,05%

Fonte: Censo Maré (REDES, 2019). Gráfico elaborado pelas autoras.

A formação da Maré tem suas origens na década de 1940. Forjada em meio a muitas ilhas, praias e manguezais, essa era uma região que tinha muitos acidentes geográficos como a Enseada de Inhaúma, a Praia de Inhaúma, a Ponta da Pedra e a Praia de Apicú. Logo em frente a essas ficavam as ilhas do Fundão, do Pinheiro, Bom Jesus, Pindaís, das Cabras, Baiacu e Catalão. Todas foram vinculadas à Ilha do Fundão, entre o final da década de 1940 e início dos anos 1950 para a construção da Cidade Universitária que viria a abrigar a Universidade do Brasil – atual UFRJ. Muitos dos operários que construíram o campus foram morar no Morro do Timbau, primeira favela ocupada da Maré. Para Silva (2015) esse era um momento em que as transformações urbanas da cidade eram expressivas, ou seja, havia um forte incremento da atividade industrial na cidade e a realização de grandes obras de infraestrutura, o que teve como consequência a chegada de muitos migrantes nordestinos a procura de trabalho e melhores condições de vida. Nessa época, a região da Leopoldina – contando com a vista grossa do poder público –, vivia o processo de valorização dos seus terrenos

devido à alta especulação imobiliária e ao investimento do capital financeiro, o que ocasionou a expulsão de grande parte da parcela da população atraída para a região na direção das áreas alagadiças da Maré.

Mas foi a construção da variante Rio-Petrópolis – atual Avenida Brasil – que consolidou a ocupação desse território denominado Maré. Essa via de acesso integrou a BR-101 e foi construída paralelamente à Baía da Guanabara com o objetivo de melhorar a comunicação entre o centro da cidade, os mais distantes subúrbios e as vias intermunicipais e interestaduais. Responsável pela ligação do Rio com as grandes cidades brasileiras passou a ser considerada na época em uma reportagem do jornal *O Globo*, como a “primeira etapa da monumental via de penetração do território nacional”. É também nesse período que grandes empresas se instalam nessa área, como é o caso da Refinaria de Manguinhos, que demandou maior organização do setor industrial no Rio de Janeiro, com amplas ofertas de emprego e oportunidades econômicas. Dessa maneira, segundo Souza (2018), a Avenida Brasil contribuiu de forma significativa para a ocupação e consolidação da Maré, pois, além de promover aterramentos e vias de acessos que foram pontos de partida para muitas ocupações, atraiu muitas pessoas que trabalhavam no setor da construção civil para o seu entorno.

Outro fator histórico determinante para ocupação da Maré foi à intensificação do fluxo migratório nordestino entre as décadas de 1940 e 1970 para o sudeste do país, aqui especificamente para cidade do Rio de Janeiro. A essa altura, para amenizar a crise agrária e a pressão que milhares de trabalhadores sertanejos faziam sobre a estrutura latifundiária, são criadas pelo governo Federal as condições necessárias para o esvaziamento do Nordeste. O nordestino, sobretudo o ruralizado, passa a ser direcionado para as cidades, principalmente as metrópoles, e para as regiões mais ricas, aquelas que integram o modelo dualista de desenvolvimento onde o campo é o atrasado e a cidade a moderna (Rua, 2002). Além dos fatores de mudança que decorreram do processo de industrialização na região Sudeste e da demanda por força de trabalho, que Singer (1998) qualifica de “oportunidades econômicas”, são as grandes secas, consideradas as vilãs responsáveis pela “expulsão” do sertanejo nordestino do lugar do atraso, da penúria, sem qualquer alternativa de sobrevivência. O que lhes restava era

fugir dos tormentos e pelejas impostas pela natureza, onde nada mais haveria de vingar, não restando outra opção senão partir rumo ao “Sul maravilha”, onde se tinha um fio de esperança de encontrar dias melhores.

Com o intenso fluxo migratório do Nordeste para o Rio de Janeiro, facilitado pela abertura da Rodovia Rio-Bahia que possibilitou a substituição do transporte marítimo e o acesso aos grandes centros urbanos, atraindo cada vez mais a mobilidade dos pobres nordestinos, o que aconteceu foi um aumento ainda maior da falta de moradia, periferação e favelização da cidade. Os terrenos que restavam para os migrantes eram aqueles que não interessavam à especulação imobiliária, como morros, encostas e os pântanos, assim como terras de propriedade do governo. “Contratados como mão de obra barata e com pouca qualificação restava aos migrantes ocupar lugares para moradias consideradas ‘sub-habitações’ e as favelas. A falta de políticas públicas urbanas e habitacional agravou o problema” (SOUZA, 2018, p. 51).

Entre os traçados do tecido urbano, com o processo de industrialização e o crescimento populacional da cidade, a Maré ao receber os migrantes nordestinos tanto no seu processo de formação, quanto no reconhecimento da favela como um problema social de governo, vê se intensificar os “territórios de ruralidade” nos seus espaços, já que esses migrantes vinham na sua maioria de zonas rurais do interior do Nordeste. Estabelece-se, dessa forma, outra intrínseca relação entre o sertão nordestino e a favela carioca da Maré, onde esses trabalhadores construíram suas moradias através dos esforços pessoais e de seus familiares. Existe, portanto, um verdadeiro protagonismo de diferentes gerações desses migrantes nordestinos na construção de suas residências e do desenvolvimento urbano da própria metrópole – a cidade do Rio de Janeiro.

A Maré, com seus 80 anos de história, quem não é “retirante” nordestino, é filho, neto, tem algum outro parentesco ou é amigo de alguém de origem nordestina. Da origem das casas de palafitas em áreas de manguezal às margens da Baía da Guanabara, na década de 1940, até as construções de alvenaria, dos dias atuais, o conjunto de favelas da Maré – esse novo território – é construído a partir de fragmentos transportados pelos migrantes nordestinos, na sua memória, na sua vivência, no seu corpo cindido pela desterritorialização. Maré e Nordeste estão entrelaçados pela dor,

trabalho, alegria, cultura, afetos e vivências compartilhadas em comum. Pensar a Maré requer mais que visualizar um recorte geográfico que a situa em um determinado espaço urbano e suas teias perfiladas em muros visivelmente separatistas.

A carga de estereótipos negativos, elaborada inicialmente com os cortiços e seus moradores, tornou-se uma inevitável companhia àqueles que passariam a morar nas favelas, pois o julgamento e a hostilidade permaneceriam em vigor nos dizeres e saberes, da mídia, da sociedade, especialmente das classes média e alta. Tal abordagem, fora em grande medida, transferida aos moradores das favelas, como uma espécie de jogo de projeção. Em seguida aconteceu um processo análogo, tanto na substituição pelo Estado das moradias precárias das favelas em conjuntos habitacionais, quanto na transição de favela para bairro, esses territórios, no entanto, continuam despontando como moradia dos pobres, da violência e do caos.

Burgos (2006) identificou esse fato e afirmou que moradores de favelas, conjuntos e bairros populares compartilham a mesma trajetória política e que tanto os moradores de favelas quanto os moradores de conjuntos habitacionais são repetidamente caracterizados como favelados. Se a cidade aparece como o lugar ordenado e organizado, a favela continua encarnando o seu contrário, isto é, aquilo que não é normal, expressa por ideias classificatórias de confusão, desordem e medo.

Quando a Maré se tornou oficialmente bairro, em 1994, reconhecido pelo Plano Diretor do Rio de Janeiro, o objetivo era caracterizar esse espaço como uma região urbanizada constituída pelo fornecimento de equipamentos e serviços públicos iguais aos dos outros bairros da cidade. A efetivação dessa formalização, realizada de fora para dentro, criou um estranhamento por parte dos moradores que não percebiam esse território como um único “bairro”, pois cada comunidade que integrava a Maré se constituía por processos históricos específicos que marcaram a identidade local das favelas, como aponta Silva (2006).

Para além de um fragmento excludente e, ao mesmo tempo integrado a “cidade partida” ou “cidade formal”, a Maré – que nasce com uma marca que delimita espaços e corpos – é um lugar de práticas culturais, identitárias, de representações e existências sociais múltiplas, onde os migrantes nordestinos fazem-se no território da cidade e na

produção de novas territorialidades espaciais e subjetivas através dos vínculos, dos afetos e das formas de interação entre sujeitos que compartilham uma mesma existência na esfera espaço-tempo. Porém, os discursos e imagens estereotipadas que continuam circulando sobre as favelas, são de territórios ilegítimos ou à margem da cidade e, conseqüentemente os seus moradores – nordestinos ou deles descendentes, em sua grande maioria – continuam sendo tratados como pessoas incapazes de alterar as suas condições de existência, estando inseridos em um círculo ininterrupto de pobreza e violência.

Ato 3: De quando favela e sertão se entrelaçam ou a trama dos excluídos

A ideia de favela está relacionada quase sempre a um estado de suspeita, onde sua construção histórica se baseia em uma explicação focada na negatividade. Mesmo representando uma expressiva parcela da população, a favela está costumeiramente relacionada ao lugar do outro: território do caos, da pobreza, da ocupação selvagem, do ar fedido das cloacas expostas nos valões, da antiestética arquitetônica visível nas construções das casas, ruas e becos, do tom na pele marcado na sua maioria pela negritude, ou seja, de representações sociais entulhadas de valores que inquieta a paz da cidade formal e que conseqüentemente não permite vestígios de outro olhar.

Se ainda hoje a velha tônica da divisão do Rio de Janeiro em duas partes opostas segue dando o tom e a cara da cidade – uma cidade partida⁷ – essa narrativa já encontrava eco nas produções existentes no início do século passado através dos relatos de vários cronistas⁸. Um território exterior a urbe, uma outra cidade acachapada pela cidade oficial. Não por acaso, observamos que a centralidade carioca no processo de

⁷ Livro do jornalista Zuenir Ventura publicado em 1994, sobre sua visita a favela de Vigário Geral. Se para os cronistas da *belle époque* a vida na favela se assemelhava a uma existência recuada no espaço e tempo para Ventura a favela faz parte de “outro mundo”. Denominação bem próxima do senso comum que ver a favela a partir da sua percepção de falta, de ausência.

⁸ Ver Olavo Bilac, João do Rio, Benjamim Costallat e Orestes Barbosa. As crônicas desses autores têm em comum estruturas narrativas semelhantes, envolvendo sempre um relato de uma visita a favela. Desta maneira, constituem uma espécie de relato de viagem, no qual o autor enuncia as características de uma visita a um território desconhecido, estranho. São considerados desbravadores que se municavam da letra de fôrma/caixa alta para corporificar uma experiência excepcional: a entrada em uma favela.

substantivação do termo favela se torna permanente, e acaba se expandindo para diferentes áreas do país como designação de pobreza e violência.

A forma encontrada para a total extinção dos casebres e cortiços no início do século XX, foi intensificada com a execução de um plano de expulsão desses moradores – negros e pobres – do Centro da cidade, na administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906) que tinha como objetivo “sanear” a cidade. Essa ação de remoção por parte do poder público ficou conhecida como “bota abaixo”. Para Renata Souza (2018), tudo isso, não passou de uma política de controle e vigilância dos pobres, a partir da segregação espacial da cidade que acabou desarticulando as formas de sobrevivência das camadas mais pobres da população, que sem alternativa, rumaram para as encostas dos morros ou para os subúrbios.

Existem três versões que são contadas como fundadoras das favelas cariocas: a primeira delas é a que aponta que o morro da Providência já era ocupado por habitações populares e que em 1893, com a destruição do cortiço Cabeça de Porco⁹, local próximo à Central do Brasil, o prefeito Barata Ribeiro (1892-1893) permitiu que os desabrigados pegassem para si os restos dos escombros da demolição, aqueles aos quais pudessem ser reaproveitados. Dessa forma, as famílias ali presentes de posse desses materiais, foram em direção ao Morro da Providência e nele levantaram seus barracos, suas cafuas. Assim devidamente instalados, o lugar ficaria conhecido como Morro da Favela como apontam alguns pesquisadores (Vaz, 1994; Valladares, 2005; Abreu, 2010). A segunda versão, remonta ao fim da Revolta Armada, em 1893¹⁰. Com o término do motim os soldados envolvidos no combate se instalaram no Morro de Santo Antônio, com

⁹ O maior e mais famoso cortiço da época, por isso sua demolição em 26 de janeiro de 1893, foi revestida de um caráter simbólico para a cidade, já que representou uma verdadeira operação de guerra, que contou com a presença do prefeito Barata Ribeiro.

¹⁰ A Revolta Armada ocorreu em duas fases – Primeira e Segunda Revolta Armada concentrada no Rio de Janeiro. Foi um movimento de insurreição promovido por algumas unidades da Marinha Brasileira que eram contrárias ao governo do Presidente da República – Deodoro da Fonseca e às ações de seu vice-presidente, Floriano Peixoto. O motim, com pouco apoio popular, chegou ao fim em 1893, quando o presidente, apoiado pelo o exército e contando com nova frota de navios, conseguiu controlar os revoltosos.

localização no centro da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, o topônimo “favela” surgiu no Rio de Janeiro.

A terceira versão – a mais aceita das três contadas – recorre à memória do episódio de 1897, quando os soldados depois de massacrar a comunidade do líder religioso Antônio Conselheiro na Guerra de Canudos¹¹, retornaram ao Rio de Janeiro em busca de recompensa por sua atuação no conflito – dinheiro, moradia, segundo havia sido prometido. Esses ex-combatentes, portanto, pediram autorização ao Exército para construção de suas moradias no morro da Providência, atrás do Ministério da Guerra. Sendo possível supor, segundo Vaz (1994); Valladares (2005) e Abreu (2010), que esses soldados tenham encontrado semelhança entre o Morro da Providência e a paisagem interiorana da Bahia, o que poderia explicar a mudança da nomenclatura Morro da Providência para Favela, que é uma vegetação típica do sertão baiano, também presente na Providência, e que nomeava um dos morros situado em Monte Santo, Bahia, local da batalha de Canudos.

Pode-se aferir, segundo Valladares (2005), que existe uma associação intrínseca entre a favela e o sertão, disposto naquilo que ela denomina como o “mito fundador” da favela. De acordo com a socióloga, a difusão dessa ideia se deu pela notoriedade dada ao livro *Os sertões* de Euclides da Cunha – fruto de sua experiência como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na cobertura da Guerra de Canudos –, que serviu como matriz do pensamento de escritores, intelectuais e jornalistas que se propuseram a descrever, representar e explicar a favela. A autora aponta as características atribuídas por Euclides da Cunha ao sertão baiano e ao povoado de Canudos, que foram, também, reconhecidas como predicados da favela: o crescimento rápido e desordenado, a topografia, a ausência de propriedade privada, a ausência de um domínio do Estado, a ordem política territorial marcada pelo domínio do chefe, a vinculação do ambiente a personalidade de seus moradores, a imoralidade, o perigo para a ordem social, sem falar na liberdade considerada excessiva. Dessa forma, a oposição

¹¹ Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi o confronto entre os militares do exército brasileiro e membros do movimento popular, liderado por Antônio Conselheiro, ocorrido no interior do sertão da Bahia (BA), em outubro de 1897. O lugarejo dos integrantes do movimento foi totalmente destruído.

litoral/sertão, é deslocada para a capital da República representando a nova dualidade: cidade/favela.

Nada mais apropriado, para a elite intelectual carioca, do que transpor a ideia de sertão para a favela, já que a representação do sertão era cada vez mais vista como *locus* da incivilidade, da pobreza, do atraso e da ignorância, ou seja, identificou-se nos morros cariocas as mesmas características que faziam parte da construção discursiva e imagética do sertão ao longo da história.

Conforme Moraes (2003), definir um lugar como sertão significa “projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento desta ação” (p. 3). A partir desse ponto de vista, o sertão, passa a ser determinado reiteradamente por sua antípoda: aquilo que não é sertão, isto é, o litoral. Essa é a forma de aludir, como arrazoa o autor, a uma “imagem construída por um olhar externo a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízo e valores que legitimam ações para transformá-lo” (MORAES, 2003: 3).

O sertanejo, nada mais é que a descrição de um povo exótico, culturalmente e racialmente inferior. Seres ambientados em um filme do passado que insiste em se perpetuar, com suas cenas de areia seca quente que ferve debaixo dos pés, das paisagens duras que doem nos olhos e na alma. De um lado, é depositário dos males da miscigenação, ou então um produto positivo dessa miscigenação que se adaptada ao meio. De outro, é guardião dos valores autênticos do caráter nacional, mas, marcado pela ruralidade, pela coragem, e, portanto, estranho a modernidade, como argumenta Albuquerque Júnior (2013). O sertão é o *locus* do arcaísmo e do atraso, do inusitado, do místico, do sobrenatural, território de esquecimento, local onde a dominação não foi completa. Assim, segundo Moraes (2003), seu epíteto está sempre relacionado a um projeto de povoação, civilização e modernização, que deseja constantemente a superação da condição sertaneja.

A imagem matriz da favela já estava, portanto, construída e dada a partir do olhar arguto e curioso do jornalista/observador. ‘Um outro mundo’, muito mais próximo da roça, do sertão, ‘longe da cidade’, onde só se poderia chegar através da ‘ponte’ construída pelo repórter ou cronista, levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da

classe média ou da elite, não ousava subir. Universo exótico, em meio a pobreza originalmente concentrada no Centro da cidade, em cortiços e outras modalidades de habitações coletivas, prolongava-se agora, morro acima, ameaçando o restante da cidade. Estava descoberta a favela [...] e lançadas as bases necessárias para a sua transformação em problema (Valladares, 2005: 36).

Desta feita, a favela, desde seu surgimento, segundo Zaluar e Alvito (2006), foi concebida como o outro da urbe, como uma não cidade, como lugar de carência por excelência e de perspectivas que reforçam a existência de uma dualidade fundamental entre o mundo urbano e o outro mundo tradicional. Dualidade que seria “usada em diferentes contextos e com diferentes conotações para expressar a superioridade de uma região, Estados, cidade ou parte da cidade sobre outras regiões, Estados, cidades ou partes da cidade” (Zaluar; Alvito, 2006: 13). É essa oposição que qualifica a favela, e que a torna um território a se conquistar, um território de expansão da modernidade, ou seja, a favela assim como o sertão/Nordeste, foi historicamente construída como um problema, um obstáculo ao progresso, antípoda da modernidade.

A favela não se apresenta apenas como o outro na cidade. Para Valladares (2005), a categoria favela tal qual vem sendo utilizada na atualidade seja no meio acadêmico, seja nas mídias é resultado das sucessivas representações construídas pelos distintos atores sociais por ela mobilizados. Ela – a favela – vem sendo representada como o último refúgio dos pobres, a última forma encontrada de se sobreviver na cidade, onde seus moradores pela precariedade em que vivem no mercado de trabalho são considerados “pau para toda obra”. Vivendo a maioria do trabalho informal, ou da prestação de serviços considerados inferiores, são, assim, por si só a demonização da cidade, ou seja, existe uma permanente peleja contra a sua existência. A qualificação de um território como a favela e de seu morador como favelado, não somente identifica uma diferença, mas, sobretudo denuncia um grande perigo para a cidade.

Burgos (2006) define a compreensão da favela a partir do conceito de escassez. Para o autor, na “cidade escassa” o que predomina é a falta de ordem e de lei, fruto da frágil universalização de regras e valores e da própria incapacidade do Estado – e da sociedade – de fazer cumprir os direitos, de criar regras e valores que deem lugar a um espaço público compartilhado, daí resultando em um efeito fragmentador que contribui

até hoje para manter os seus moradores afastados da *polis*. Porém, isso não quer dizer, que esses moradores, constituam uma “tribo” à parte, com uma cultura própria, específica, pura. Assim como é um erro projetar a favela a partir do enfoque da exclusão social, já que, segundo Burgos (2006), seus moradores estão em alguma medida integrados à cidade formal, pois nela estudam, trabalham, votam, etc. No entanto, existe uma fronteira física e simbólica que acentua a alteridade entre favela e asfalto.

Com efeito, há mais de cem anos, diferentes significados vêm sendo construídos em torno desse fenômeno diverso e complexo, que como problema legítimo da sociedade veio atravessado por uma forma de conceber a favela e o seu espaço urbano plena de estereótipos utilizados como referência hegemônica na representação social e na elaboração de definições sobre esse fenômeno. Para Itamar Silva, ex-coordenador do IBASE¹² e líder comunitário no Rio de Janeiro, existe uma briga de significados envolvendo o termo favela, ressaltando que qualquer nova denominação para elevá-la ao status de bairro, não modifica sua relação com a cidade, ou seja, esse permanece sendo um lugar ocupado e construído segundo bases fincadas pelo povo favelado.

Considerações Finais

Vários trabalhos refutaram a visão reducionista das favelas, contestando os estereótipos associados a seus moradores e evocando a diversidade desses territórios e de sua população ou, ainda, a existência de semelhanças com outros bairros populares (Valladares, 2005). Contudo, a relação entre favelas, seus habitantes e a cidade que os engloba, no que se refere à integração na vida urbana e à inscrição no espaço urbano, desde as primeiras representações acerca dessa relação, até os dias atuais, permanece mal compreendida e as favelas e os migrantes nordestinos favelados, no nosso caso específico, permanecem como um corpo estranho à cidade.

Por outro lado, como remarcamos no início do artigo, vários discursos foram importantes para a construção e invenção de um Nordeste atrelado a significados

¹² O IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - é uma organização de sociedade ativa, sem fins lucrativos. Efetiva desde 1981 foi fundada após anistia política por Herbert de Souza – o Betinho –, e os companheiros de exílio Carlos Afonso e Marcos Arruda. Disponível em: <https://ibase.br/pt/quem-somos/>. Acesso em: 09 out 2020.

precisos que permitiram a manutenção da exclusão e dos privilégios dos grupos dominantes. Estrategicamente construído como fator de predomínio dos grupos agrários e herdeiros das práticas escravagistas, que se mantiveram (e se mantêm) no território, exportou-se, em levadas incontáveis de gente, pessoas, sobretudo, para o Sudeste em busca de uma vida melhor.

Nesses lugares, sem vida melhor, sem possibilidade de moradia digna, ocuparam espaços periféricos, erguendo novas “favelas”, também uma invenção que constrói, no caso do Rio de Janeiro, o lugar do Outro, visto igualmente como distante, exótico, perigoso, irrecuperável. Muitos nordestinos, que saíram do Nordeste, do sertão avassalado pelas secas constantes, foram parar nesses locais.

Assim, é preciso ingressar nesses territórios, perceber as construções duradouras de uma memória comum, os traços de vida que se reatualizam (e reatualizam a existência, inclusive dos descendentes) em ações duradouras de comunicação, construindo o comum humano (Sodré, 2014), como possibilidade de materializar existências que significam.

Na sequência da pesquisa, a fala desses personagens, que aqui aparecem apenas como um número na estatística que revela o grande contingente populacional de nordestinos existente na Maré, tornará visível não apenas o gesto comunicacional, mas sobretudo o gesto memorável que, certamente, colocará em evidência uma memória comum que ultrapassa as significações duradouras construídas em torno do nordestino/favelado, habitante de um território – que também foi inventado – denominado Maré.

Nesse sentido é que apresentamos a Maré como ponto de partida crucial para o desenvolvimento de uma reflexão que contribua para entender a dualidade exposta na relação existente entre sertão/Nordeste e favela/cidade. O histórico da evolução entre essas categorias nos remete desde o século XIX até a contemporaneidade a esse lugar engessado, visto como um fenômeno singular, reduzido a uma única interpretação, onde favela e sertão são representações do lugar da ausência, da falta, da negação, da violência. Ambos são pensados como território existencial do Outro.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio. Jorge Zahar, 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino**: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo. Intermeios – Coleção Entregêneros. 2013.
- ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (Org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 7. ed. Recife: FUNDAJ. Ed. Massangana, 1996. p. 47-75.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **O Sertão**. Um outro geográfico. Terra Brasilis, 2003. (Nova Série.) Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, pp. 511-537, 2002.
- REDES. **Censo Populacional da Maré**. REDES MARÉ. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.
- RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.
- SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré**: a invenção de um bairro. Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Políticas e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas – PPHPBC/FGV, 2006.
- SILVA, Eliana Sousa. **Testemunhas da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Introdução”. In: **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984. p. 15-58.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, v. 19, n. 54, 2004.

SOUZA, Renata. **Cria da favela**: resistência à militarização da vida. Rio de Janeiro: Editora NPC, 2018.

TOMAZ, Maria de Fátima. **Nordestinos no Rio de Janeiro**: a que será que se destina? Representações, estereótipos e mídia. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, 2020.

VALLADARES, LÍCIA do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAZ, Lílian Fessler (Coord.). **História dos bairros da Maré**: espaço, tempo e vida cotidiana no complexo da Maré. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1994.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1994.

ZANFORLIN, Sofia. Entre arcaísmos e modernidades imaginadas: Nordeste em cena nos textos da mídia. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos – Unisinos**, v. X, n. 1, p. 23-28, jan./abr. 2008.